



Mário de Almeida foi primeiro convidado oficial do novo Primeiro Ministro

O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em atitude de indelével consideração para com o Poder Local, foi o primeiro convidado oficial do novo Primeiro Ministro.

Na sequência de um almoço de trabalho que teve lugar no Palácio de S. Bento, Mário de Almeida considerou que o gesto de António Guterres traduz não só apreço pelas Autarquias, mas também uma disponibilidade para, no futuro, colaborar na resolução de alguns problemas que "ainda estão na esfera da Administração Central e foram sempre mal equacionados".

Mário de Almeida sublinhou que António Guterres "continua a acreditar que é possível nos próximos 4 a 5 anos duplicar os meios financeiros das Autarquias, acrescidos de algumas responsabilidades, já que não pode haver um aumento da despesa pública".

O Primeiro Ministro e o Presidente da ANMP, ao longo do seu encontro, trocaram impressões sobre as novas responsabilidades que os Municípios poderão vir a ter, tendo ficado agendada uma nova reunião de trabalho para o próximo dia 27 de Novembro, entre António Guterres e o Conselho Directivo da estrutura representativa do Poder Local.

Pág. 3



JORNADAS EM COIMBRA

Reiterado Pacto Ambiental para o Saneamento Básico

Pág. 8

Campanha de luta contra a cólera em Cabo Verde

Na sequência do movimento de solidariedade dos Municípios portugueses para com o Povo de Cabo Verde, a braços com uma epidemia de cólera – campanha desencadeada através de Autarquias caboverdianas que solicitaram apoio humanitário às suas congéneres lusas – a ANMP, na sua função coordenadora da iniciativa, avançou com os processos de aquisição de diversos produtos que, entretanto, as Câmaras Municipais da Praia e de Boa Vista tinham seriado como de maior premência.

De acordo com a programação estudada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses – e que envolve o Ministério dos Negócios Estrangeiros (Instituto da Cooperação) e os Transportes Aéreos de Cabo Verde –, foram entre-

tanto já enviadas diversas encomendas que incluíram medicamentos, materiais de saúde e de profilaxia, e desinfectantes.

Em tramitação de embarque encontra-se agora uma nova remessa de auxílio, que engloba lençóis hospitalares e água engarrafada, após o que a ajuda dos Municípios portugueses aos seus colegas caboverdianos será concluída com o envio de mais fármacos, destinados a uma efectiva colaboração no erradicar da cólera que grassa naquele país.

De referenciar, por fim, que as aquisições têm sido conjugadas com as disponibilidades em dinheiro manifestadas pelas Câmaras Municipais que, de uma forma notável, têm evidenciado a melhor receptividade a uma iniciativa

que revela, uma vez mais, o indesmentível altruísmo do Municipalismo português.



**A Delegação
da ANMP
em Lisboa
apoia logisticamente
os associados**

**Rua Domingos Sequeira,
72 - 2º F, 1300 Lisboa
Telefones 600308 / 605633 / 605754
Telex 42410**

Mário de Almeida foi primeiro convidado oficial do novo Primeiro Ministro

O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na sequência de um almoço de trabalho com António Guterres – de relevar que Mário de Almeida, em atitude de indesmentível de consideração para com o Poder Local, foi o primeiro convidado oficial do novo Primeiro Ministro –, afirmou que existe da parte do novo Governo uma maior abertura e compreensão pelo papel que as Autarquias desempenham.

Ao enfatizar a importância e significado do gesto de António Guterres, o Presidente da ANMP considerou que a atitude traduz não só o apreço pelas Autarquias, mas também uma disponibilidade para no futuro colaborar na resolução de alguns problemas que “ainda estão na esfera da Administração Central e foram sempre mal equacionados”.

Mário de Almeida sublinhou que António Guterres “continua a acreditar que é possível nos próximos 4 a 5 anos duplicar os meios financeiros das Autarquias, acrescidos de algumas responsabilidades, pois não pode haver um aumento de despesa pública”. “Esperamos que já em 1996, aquando da discussão do Orçamento do Estado, essa questão venha a ser novamente discutida e seja o primeiro sinal de uma mudança efectiva na forma como são encaradas as finanças das Autarquias”.

O Primeiro Ministro e o Presidente da ANMP, ao longo do seu encontro, trocaram impressões sobre as novas responsabilidades que os Municípios poderão vir a ter, tendo ficado agendada uma nova reunião de trabalho para o próximo dia 27 de Novembro, entre António Guterres e o Conselho Directivo da estrutura representativa do Poder Local.

Perguntado sobre se a ANMP

vai ser mais ou menos crítica em relação ao Governo PS, Mário de Almeida afirmou que “se encontrássemos da parte deste Governo a mesma desconsideração que encontramos com o anterior, seríamos provavelmente mais duros, na medida em que eu, destas pessoas, espero muito mais”.

Quanto ao relacionamento com o Governo, o Presidente da ANMP adiantou querer ver analisadas algumas “questões fulcrais” ligadas ao financiamento das Autarquias e à sua própria tutela, enquanto defendia “um financiamento das Autarquias de uma forma mais transpa-



rente, para que não haja privilegiados, como aconteceu no passado”.

No que respeita à tutela, Mário de Almeida frisou que os Municípios querem ser “devidamente tratados e que simples irregularidades processuais deixem de ser equiparadas a ilegalidades graves. Queremos – disse – que os casos que exigem tratamento de choque o sejam efectivamente para exemplo, e, se houver Autarcas que actuam à margem da lei para benefício de terceiros ou do próprio, sejam penalizados”. Mas a mera irregularidade processual que, por vezes, ocorre na

sequência de uma legislação caduca, dispersa e muitas vezes contraditória, não deve ser confundida com uma ilegalidade grave”, precisou.

De referenciar, ainda, que no mesmo dia em que almoçou com António Guterres, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses manteve o primeiro encontro de trabalho com o novo Ministro do Planeamento, João Cravinho.

Entretanto, Mário de Almeida, por ocasião da indigitação de António Guterres como novo Primeiro Ministro, enviou àquela personalidade, seguro de bem interpretar o generalizado sentir dos Autarcas lusos, as melhores felicitações pela eleição para aquele alto cargo.

Congratulando-se com a subida elevação com que decorreu o processo eleitoral das Legislativas 95, o Presidente da ANMP referenciava, na oportunidade, a inquestionável relevância das relações institucionais que necessariamente se estabelecem entre a Administração Central e a Administração Local.

Garantida pelo perfil político do novo Primeiro Ministro, firmada nas ilações retiradas do projecto de governação com que se apresentou ao eleitorado, conhecedora da elevada consideração em que tem o nosso ancestral municipalismo – que aliás servia na Assembleia Municipal do Fundão –, a ANMP, enfatizava Mário de Almeida na sua missiva, afirma-se certa de que o relacionamento entre os dois níveis, ambos Estado, da Administração Pública, evidenciará ao longo do mandato legislativo que agora se vai iniciar, e em favor do bem estar das populações e do progresso harmonioso do país, os mais frutuosa desenvolvimentos.

CD APROVOU CONCLUSÕES

Seminário sobre fogos florestais defende determinação p...

Atenta às grandes questões que preocupam os cidadãos, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao promover, no Algarve, um Seminário Internacional sobre Fogos Florestais, quis analisar, com o pormenor requerido, um tema que, com maior ou menor gravidade, todos os anos, durante o período estival, afecta a maioria dos Municípios portugueses.

Porque os fogos florestais constituem uma preocupação comum a todos os povos da Europa mediterrânica, entendeu-se como curial envolver também representantes destes países, enquanto se concluiu sobre a necessidade de se analisarem as três vertentes principais dos incêndios na floresta, áreas que constituíram, aliás, – a par com o título sobre o futuro da floresta das regiões do Mediterrâneo – os temas centrais do Seminário.

A apresentação dos painéis foi antecedida por duas conferências, com as quais se pretendeu situar a problemática dos fogos florestais num contexto mundial e europeu, antes de se passar a uma análise mais minuciosa e circunstanciada do problema nos países mediterrânicos, com particular destaque para Portugal.

O relatório sobre aquela importante iniciativa, que agora foi aprovado pelo Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, começa por afirmar que são as regiões do Centro e Norte de Portugal aquelas que, tradicionalmente, têm sido mais afectadas pelos fogos florestais, mas, porque as regiões do Sul têm registado elevado nú-

mero de fogos e grandes manchas ardidas, foi deliberado fazer-se deslocar a realização do Seminário para o Algarve.

De acordo com o documento em referência, para além de ter constituído um amplo fórum de debate, o Seminário permitiu não só realçar a importância económica e ambiental da floresta das regiões mediterrânicas, mas também apontou os principais problemas de que actualmente enfermam as matas do sul da

tual minimização dos fogos florestais, sendo que a primeira grande batalha a vencer será a prevenção, a qual terá de ser interiorizada e praticada por cada um de nós como um valor cultural intrínseco à nossa maneira de estar na vida.

Para se alcançar a imprescindível mudança na atitude individual de cada cidadão, e atendendo a que o problema dos fogos florestais assenta em causas humanas, será necessário actuar nas áreas educativas e de informação através de acções de sensibilização, que serão, releva-se, a garantia do renovado empenhamento no combate às chamas e em levar por diante uma prevenção atenta e cuidada.

Porque a floresta, sendo propriedade de alguns, é pertença de todos, entendeu-se que a opinião pública deve ser sensibilizada no seu todo, pois a urgência de salvar a floresta do fogo é um dever de todos os cidadãos, dado que

a detecção dos focos de incêndio deve ser da responsabilidade de todos.

O número de fogos florestais ocorridos em Portugal revela que a maior parte das pessoas não se apercebe da relevância económica e ambiental da floresta, pelo que, assim, o fulcro da questão parece ser a importância que cada indivíduo dá à floresta, pois se cada um de nós a respeitar, cumprirá as regras e determinações impostas pelas autoridades competentes. Donde, – é enfatizado – os fogos são um problema de educação.

Em regra, sublinha-o o docu-



Europa, e que, resumidamente, podem sintetizar-se em alterações climáticas, seca, pressões turísticas, grande sensibilidade aos fogos florestais e risco de desertificação humana e física.

Os incêndios na floresta, sendo uma calamidade pública, não constituem porém uma fatalidade – considerava-se –, pelo que, mais do que insistir nas suas causas, se procurou encontrar estratégias de superação.

Assim, e desde logo, enumeraram-se todos os aspectos abordados, sobre o modo os mais relevantes para a even-

prestais lítica da UE

mento, os urbanos não sabem conviver com a floresta, nomeadamente quando a procuram em termos de lazer. Porque a educação e o civismo levam muitos anos a conseguir-se, devem começar por ensinar-se nos bancos da escola e fazer deles um vector relevante da consciência cívica dos portugueses.

Para além disso, para surtirem realmente efeito, as campanhas de sensibilização não devem ser episódicas mas sim contínuas. De tal jeito, também neste domínio as escolas podem desempenhar um importante papel, pelo que é de incentivar a movimentação de professores já em curso, tendente à formação e sensibilização dos alunos para os valores económicos, ecológicos e de preservação da floresta. Com efeito – frisa-se –, importa valorizar o potencial da nossa floresta nos aspectos ecológicos e sociais, mas sem menosprezar a sua importância económica, como o atesta o grande peso que os produtos florestais têm na economia portuguesa.

Por outro lado, a prevenção implica também o ordenamento do território. Por isso, o ordenamento e gestão florestais são, de igual modo, tarefas prioritárias.

O ordenamento determina uma intervenção em que os Municípios devem ter uma acção preponderante. Além disso, as Autarquias, através das CEFF's municipais, devem desempenhar um papel primordial na gestão florestal, assumindo-se como verdadeiros motores de arranque para a dinamização deste processo, através do incentivo e do apoio à

criação de Associações de Produtores Florestais.

Com efeito, frisa-se, uma melhor organização produtiva será a única maneira de defender e preservar a floresta portuguesa dos riscos a que está sujeita, nomeadamente da preocupante escalada de incêndios, de modo a evitar a quebra de vitalidade dos ecossistemas florestais.

Mas a resolução dos problemas



da floresta portuguesa passa, sobretudo, por um corte com a actual situação abstenista de muitos proprietários florestais, por uma viragem que possibilite a modernização da floresta. E essa modernização, sendo complexa, é a grande aposta da floresta do futuro. Só ela poderá dar justa satisfação às ambições ecológicas, uma questão fundamental, embora não quantificável monetariamente, mas imprescindível ao equilíbrio de cada concelho.

É a floresta que permite o equilíbrio ecológico da região mediterrânica,

pelo que tudo deve ser feito para evitar a sua destruição, de modo a assegurar-se a defesa e valorização deste património e da sua bio-diversidade faunística e florística. Ao mesmo tempo, deverá assegurar-se a rentabilidade do sector, através da promoção social, tanto da floresta de uso múltiplo como dos produtos florestais, que contribuirão para uma grande melhoria do rendimento nacional.

Entretanto, e porque os problemas que envolvem a floresta mediterrânica são de tal modo vastos e complexos, entendeu-se que este tipo de realizações se deve repetir periodicamente de dois em dois anos. Mas, em paralelo, afirma-se como conveniente que a ANMP, com a colaboração das diferentes Secções do CCRE, organize um Seminário sobre a Floresta Mediterrânica, com vista a analisar as disposições que devem ser tomadas para melhor defender e conservar esse património.

Por fim, e porque o problema é europeu, considera-se urgente naquelas conclusões que as instâncias superiores da União Europeia atentem na realidade dos fogos florestais com convicção e com determinação política, pelo que, para o efeito, se propõe a criação de um Observatório (ou Agência) Europeu de Fogos Florestais que estude aprofundadamente a prevenção, combate e efeitos dos incêndios. Uma tal estrutura, adiantava-se ainda, deve ser constituída por um Grupo de Trabalho que se debruce com profundidade sobre a globalidade da questão dos fogos florestais, devendo envolver todos os países europeus da bacia mediterrânica.

Opções de tratamento de resíduos Seminário abordou algumas

O Seminário “Opções de Tratamento de Resíduos Sólidos”, que a ANMP promoveu em Coimbra – e cujas conclusões foram agora ratificadas pelo Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses –, foi caracterizado por uma vertente pedagógica marcante, conseguida através das intervenções por parte de Universidades, Institutos, Ministérios e Municípios, tendo-se alcançado uma abordagem teórica de algumas das possíveis soluções de tratamento de resíduos, em consonância com a experiência prática resultante da gestão de alguns dos processos em experiência.

Tendo como objectivo principal a discussão de problemas prementes à gestão dos resíduos produzidos em Portugal, esta problemática foi abordada numa óptica global, analisando-se a Política Nacional de Gestão de Resíduos nas suas várias vertentes, designadamente a técnica, a económica, a social e a política.

Mas foram ainda referidas as dificuldades de alguns Municípios aquando da implantação de diversas medidas e sistemas visando o cumprimento da “Política dos 3 R’s - Reduzir, Reutilizar, Reciclar”, face à realidade do seu concelho e do próprio país.

No que concerne à situação actual, constata-se ser significativo o atraso verificado em Portugal ao nível da gestão dos resíduos sólidos, comparativamente com os restantes países da União Europeia, atraso patente ao nível da recolha, tratamento e eliminação dos distintos tipos de resíduos.

Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, apenas 46% da população está a ser servida com sistema de tratamento, quadro agravado pelo facto de que, na sua maioria, estes sistemas apresentam problemas de funcionamento. De salientar que 24% da população não tem implantada qualquer solução de tratamento, não existindo sequer projecto, e que apenas 26% das Câmaras Municipais do país enviam anualmente os dados de caracterização dos resíduos sólidos urbanos produzidos na sua área de jurisdição, tal como é exigido em legis-



lação, facto este que poderá falsear as linhas de acção delineadas pelo Ministério.

Por outro lado, é notória por todos os Municípios a falta de apoio técnico e financeiro por parte do Estado, vindo estes, desta forma, impossibilitada a implantação de sistemas de gestão de resíduos e o cumprimento da legislação em vigor.

No que concerne aos resíduos

industriais, embora definida como estratégia a seguir a implantação de medidas que visem a redução dos resíduos (alteração de processos produtivos, substituição de matérias primas ou alterações tecnológicas e reorganização de actividades), tem sido feito muito pouco nesta área, existindo uma lacuna enorme quanto aos processos de eliminação disponíveis e os exigidos, e quanto à definição da responsabilidade de gestão dos mesmos.

Na área da abordagem técnica –compostagem, foi defendida a prática em Portugal da utilização do composto em terrenos agrícolas, desde que em quantidades controladas. A sua utilização deverá ter em atenção a qualidade do solo, as culturas a utilizar, e o composto, nomeadamente a concentração em metais pesados pelo perigo que a sua bioacumulação provoca, pelo que, de tal jeito, são aconselhadas as práticas de triagem dos resíduos não biodegradáveis antes do processo de compostagem, e a realização de análises periódicas ao composto.

A solução óptima defendida foi a utilização de uma mistura composto-lama biológica das estações de tratamento das águas residuais domésticas.

Entretanto foram apresentadas algumas experiências municipais no âmbito dos resíduos sólidos urbanos, baseadas na triagem multimaterial, valorização e eliminação, tendo sido salientada a necessidade duma caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos produzidos e das características próprias ao Municípios e aos munícipes, para,

Resíduos sólidos e soluções possíveis

desta forma, ser possível a escolha e o dimensionamento do sistema óptimo a implantar.

Os materiais recolhidos separadamente foram apontados duma maneira geral como o papel/cartão, vidro, plástico, pilhas, óleo, entulho, viaturas e resíduos hospitalares, sendo estes integrados em circuitos de reciclagem e de eliminação específica. Esta triagem pode ser efectuada na origem, ou não, sendo de referir que a segunda opção poderá inviabilizar a valorização dos materiais.

A fracção orgânica é valorizada por processos de compostagem, sendo o tipo de processo escolhido em função das quantidades a tratar e do espaço disponibilizado pela Autarquia ou Associações de Municípios. A tecnologia empregue na estação – é relevado – poderá permitir a separação prévia de materiais não biodegradáveis dos restantes, contribuindo para uma melhor qualidade do composto.

A eliminação dos resíduos não passíveis de valorização é feita em aterros sanitários ou, numa fase transitória, na lixeira municipal até que o aterro seja implantado, enquanto os resíduos hospitalares são incinerados num quadro que apresenta, na sua grande maioria, enormes deficiências e ausência total de sistemas de tratamento dos efluentes gasosos, o que se reflecte em danos ambientais.

As dificuldades encontradas na gestão dos resíduos sólidos urbanos são variadas em função do processo implantado. No entanto, a insuficiência de verbas disponibilizadas para o Poder Local, comum a todos os Municípios, é de considerável gravidade uma vez que impossibilita investimentos em tecnologias e sistemas que visem o cumprimento da legislação inerente a este assunto e a diminuição dos impactos ambientais existentes. Também a ausência de participações para a exploração e manutenção dos sistemas implantados torna-os muitas ve-

zes incompatíveis para as Autarquias.

Como exemplos de problemas que ocorrem na gestão dos resíduos sólidos urbanos foram referidos o escoamento de alguns produtos para a reciclagem, cheiros advindos da valorização da fracção orgânica, baixa adesão por parte da população, má aceitação do composto, e falta de soluções para alguns resíduos.

Quanto aos objectivos a atingir a médio prazo, releva-se a redução dos resíduos na fonte, quer os de origem urbana quer os industriais, sendo para tal necessário apostar na sensibilização da população e na alteração de matérias primas e processos de produção; o aumento da taxa de população servida com as várias unidades de valorização e eliminação; recolha e reciclagem dos constituintes das pilhas, encontrando-se em fase de negociação o seu ingresso no sistema de reciclagem implantado em Espanha; a reciclagem, para breve, dos pneus, para o que tem de ser garantida a sua recolha; a resolução dos problemas dos resíduos industriais, que só será viável com a implantação do Sistema Centralizado de Gestão de Resíduos Industriais, dotado de incineração, tratamento físico-químico e aterro sanitário; e a certeza de que o tratamento dos resíduos hospitalares só será conseguido com a implantação de dois grandes sistemas de incineração (Lisboa e Porto), sendo que os hospitais localizados nos restantes centros urbanos serão providos de sistemas de pré-tratamento por microondas que, desta forma, permitirão o seu transporte para a incineradora mais próxima.

Por outro lado, e quanto a propostas e orientações por parte dos Ministérios, foi garantida a discussão pública do Plano Nacional de Gestão de Resíduos; defendida a economia de escala na gestão, nomeadamente o associativismo entre os Municípios; e defendida a aplicação, por parte das Autarquias, de tarifários evolutivos bem como o princípio

do poluidor-pagador.

Foi confirmada a aposta na sensibilização da população pelo Instituto de Promoção Ambiental – e referida a importância crucial da cooperação dos Municípios nesta campanha –; e sustentado que o esquema para a determinação das soluções a implantar nos Municípios ou Associações e o seu dimensionamento, deverão basear-se em dados da área disponível, caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos com a contabilização dos resíduos industriais equiparáveis aos resíduos urbanos e dos resíduos industriais não contaminados.

Em paralelo, a solução mais preconizada é a implantação de aterros sanitários, tendo estes, no entanto, de obedecer a exigências a nível da impermeabilização por tela, drenagem de lixiviados e gases, e de controlo analítico, de acordo com a nova Directiva Comunitária ainda não aprovada.

Por fim, e num quadro conclusivo, releva-se que a elaboração de um Plano Geral de Gestão de Resíduos deverá ter em consideração as realidades de cada Município e as várias soluções técnicas disponíveis, pelo que, deste modo, cabe às Câmaras Municipais o conhecimento profundo dos resíduos produzidos na sua área de jurisdição e o seu fornecimento aos Ministérios, bem como o conhecimento das soluções técnicas existentes, cabendo aos Ministérios fornecer directrizes para o minorar imediato dos problemas actuais e coordenar a elaboração de um Sistema Global Integrado juntamente com os Municípios.

Paralelamente, não deve ser esquecido o papel decisivo da população no sucesso das soluções a implantar, pelo que a informação do Plano de Gestão dos Resíduos e a formação ambiental são funções a não descuidar e a serem levadas a cabo pela Administração Central e pelas Autarquias.



Reiterado Pacto Ambiental para o Saneamento Básico

A Associação Nacional de Municípios Portugueses promoveu na sua Sede, em Coimbra, um Seminário Nacional sobre as Novas Formas de Gestão dos Serviços de Saneamento Básico, importante iniciativa que concitou a participação de mais de uma centena de Autarcas e Técnicos Municipais.

No final dos trabalhos, Manuel Machado, membro do Conselho Directivo da ANMP e coordenador das jornadas, afirmou que a estrutura representativa do Poder Local vai insistir com o próximo Governo para que aprove um conjunto de instrumentos que permitam a concretização de um Pacto Ambiental.

Precisando que a ANMP irá solicitar à Ministra do Ambiente uma reunião de trabalho para apresentação de um projecto sobre a matéria, aquele dirigente diria que estamos perante um



problema global e de grande importância, sendo altura de ser reequacionado um Pacto Ambiental em que seja contratualizado um conjunto de políticas.

Para Manuel Machado é urgente uma colaboração entre a Administração Central, Autarquias, Associações e Empresários, no sentido de se

contratualizar um conjunto de medidas de interesse público, sendo que é um acto de civilização – sublinhou – a resolução de problemas que têm a ver com o desembaraçamento dos resíduos sólidos urbanos, com o saneamento básico, e com o abastecimento de água potável às populações.

Lembrando que a intenção é que em 1999, no termo do II Quadro Comunitário de Apoio, 95% da população seja servida com água ao domicílio, 90% com eficiente sistema de tratamento de esgotos, e 95% com adequado sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos,

Manuel Machado enfatizava, na ocasião, que tal desiderato só será atingido através da celebração de um Pacto Ambiental, com o empenhamento de todos, e em espírito de diálogo em torno de um conjunto de medidas e de partilha de responsabilidades.



Seminário em Terras do Bouro vai debater áreas protegidas

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito das actividades da sua Secção de Municípios com Áreas Protegidas, vai realizar nos próximos dias 29 e 30 de Novembro, em Terras de Bouro, um Seminário sobre Áreas Protegidas.

De acordo com os propósitos da iniciativa, pretende-se com este Seminário analisar toda a problemática que se prende com a gestão destas áreas, designadamente o papel dos Municípios em matérias como, de entre outras, o ordenamento do território, o planeamento ambiental, e a compatibilização entre as exi-

gências do desenvolvimento económico, a protecção dos recursos naturais e a defesa dos interesses das populações residentes.

Os trabalhos iniciam-se pelas 14.30 horas do dia 29, com uma Sessão de Abertura, após o que estarão em debate os temas “Estratégias de Desenvolvimento, Ordenamento do Território e Actividades Económicas em Áreas Protegidas” e “O Papel das Autarquias na Gestão das Áreas Protegidas”.

Na quinta-feira, dia 30, a partir das 9.30 horas, serão aprofundadas as

questões “Áreas Protegidas, Conservação da Natureza e Ligação à População Residente”, e “Áreas Protegidas e FEF: Critérios Preferenciais de Acesso a Programas Estruturais Sectoriais Regionais”, enquanto, ao longo da tarde, decorrerá uma visita de trabalho ao Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Os diversos temas serão assegurados por autarcas, professores universitários, especialistas e técnicos, sendo que as inscrições devem ser remetidas para a Associação Nacional de Municípios Portugueses até ao próximo dia 22 de Novembro.

